



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO



CONTRATO Nº ____/2016

CONTRATO DE CONCESSÃO DE USO DE ÁREA
CORRESPONDENTE A 84 m² DO IMÓVEL
SITUADO NA RUA ACRE, 80 - 21º ANDAR – SALA
2101 DUPLEX – ANEXO II DESTE E. TRIBUNAL
QUE ENTRE SI FAZEM O TRIBUNAL REGIONAL
FEDERAL DA 2ª REGIÃO E A EMPRESA

Proc. TRF2-EOF-2015/00440

O Tribunal Regional Federal da 2ª Região, inscrito no C.N.P.J. sob o nº 32.243.347/0001-51, com sede na Rua Acre, nº 80, Centro, Rio de Janeiro – RJ, CEP: 20081-000, representado neste ato por sua **Diretora Geral, Dra. Maria Lúcia Pedroso de Lima Raposo**, no uso de suas atribuições regimentais, doravante denominado simplesmente **CONCEDENTE**, outorga à empresa _____, inscrita no C.N.P.J sob o nº _____, estabelecida na _____, nº ____ – _____ – _____/____, CEP: _____, Tel.: (____) _____, representada neste ato pelo(a) seu(sua) **Representante Legal, Sr(a).** _____, doravante denominada **CONCESSIONÁRIA**, a presente **CONCESSÃO DE USO DE IMÓVEL**, tendo em vista o constante e decidido no Processo nº TRF2-EOF-2015/00440, e em consequência do Convite nº 002/2016, fundamentado na letra "a" do inciso II do art. 23 da Lei nº 8.666/93, homologado em ____/____/2016, através do despacho TRF2-DES-2016/____ lavrado à fl. ____ do Processo, com a finalidade de *explorar uma cafeteria*, sujeitas as partes às normas da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores e da Lei 8.987/95, no que couber, mediante as seguintes cláusulas e condições:

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO:

Constitui objeto desta Concessão de Uso a área correspondente a 84 m² [localizada no 21º andar, sala 2101 duplex, Anexo II do Tribunal Regional Federal da 2ª Região] do imóvel situado na Rua Acre, 80 - Centro - Rio de Janeiro/RJ, para a exploração de uma cafeteria, conforme especificações contidas no Edital do nº 002/2016 e seus Anexos I, II, III, e IV, e na forma estabelecida no presente Contrato.

2 - CLÁUSULA SEGUNDA: DA DESTINAÇÃO DO IMÓVEL:

2.1 - A área física de 84 m² localizada no 21º andar, sala 2101 duplex do Anexo II do Tribunal Regional Federal da 2ª Região do imóvel situado na Rua Acre, 80 - Centro - Rio de Janeiro, objeto desta Concessão de Uso destina-se, exclusivamente, à exploração de uma cafeteria, com a finalidade de comercialização de lanches, funcionando no horário das 09:00 às 19:00 horas, de segunda a sexta-feira.

3 - CLÁUSULA TERCEIRA: DAS INSTALAÇÕES E DO FUNCIONAMENTO:

3.1 – A Concessionária deverá instalar-se e entrar em funcionamento em 03 (*três*) dias, contados da entrega do espaço pelo Concedente.

3.2 - O horário de funcionamento da cafeteria será de segunda-feira a sexta-feira, das 09:00 às 19:00 horas, sendo permitido o ingresso dos empregados da Concessionária na cafeteria 30 (*trinta*) minutos antes do horário de abertura.

3.2.1 – O reabastecimento da cafeteria deverá ocorrer nos períodos a seguir determinados:

- a) de segunda a sexta, no horário das 08:00 às 10:00 horas;
- b) sábados ou domingos, no horário das 08:00 às 13:00 horas.

3.2.2 – Será permitida a permanência dos empregados da Concessionária, após o horário de funcionamento, por 45 (*quarenta e cinco*) minutos, para limpeza e fechamento do caixa.

3.3 – O horário estabelecido no item 3.2 desta Cláusula poderá ser alterado a critério do Concedente.

3.4 – A Concessionária deverá conservar adequadamente a área da presente Concessão e os móveis constantes da cafeteria, pertencentes ao Concedente, mantendo-os permanente limpos e em bom estado, exclusivamente às suas expensas.

3.4.1 - Os móveis fornecidos para instalação da cafeteria são de propriedade do Concedente e quaisquer danos causados pela Concessionária, ou qualquer usuário, serão de inteira responsabilidade da mesma.

3.5 – A Concessionária deverá apresentar, antes do início de funcionamento da cafeteria, lista de produtos a serem comercializados, especificando o modo de preparo de cada produto.

3.6 – A Concessionária fornecerá e operará os equipamentos listados abaixo:

- a) 01 (*um*) forno microondas;
- b) 01 (*um*) forno elétrico (até 6000 W / 220 V);
- c) 02 (*dois*) liquidificadores;
- d) 01 (*uma*) máquina de café tipo italiano (até 3000 W / 220 V);
- e) 01 (*uma*) geladeira;
- f) 02 (*dois*) *freezers*;
- g) 01 (*um*) *freezer* para sorvete (opcional);
- h) 01 (*uma*) geladeira expositora;
- i) 01 (*uma*) chapa elétrica (até 3000 W / 220 V), conjugada com sanduicheira;
- j) 01 (*uma*) vitrine estufa;
- k) 01 (*uma*) vitrine refrigerada;
- l) 01 (*um*) filtro de água, de torneira;
- m) 01 (*um*) moedor de grãos de café;
- n) 01 (*uma*) máquina registradora.

3.7 - Para operar qualquer equipamento adicional aos listados no item anterior, a Concessionária deverá obter permissão do Concedente.

3.8 - A Concessionária efetuará a entrega de lanches, quando solicitado por magistrados, servidores e estagiários lotados nas dependências do Concedente, sem cobrança de taxa de entrega, podendo apenas ser cobradas as respectivas embalagens.

3.9 - A Concessionária manterá:

3.9.1 - pelo menos 02 (*dois*) garçons para atendimento ao público da cafeteria, com comprovada experiência de, no mínimo, 02 (*dois*) anos, ou curso técnico preparatório;

3.9.2 - pelo menos 02 (*dois*) entregadores para atendimento dos pedidos nas salas do prédio do Concedente, os quais terão que atender aos pedidos com a maior eficiência e presteza, sendo permitido um atraso máximo de 30 (*trinta*) minutos, em relação à hora marcada para entrega;

3.9.3 - 01 (*um*) empregado no caixa, o qual, além de receber o pagamento dos usuários, não poderá executar outro serviço senão o de atendimento aos pedidos feitos pelo telefone.

3.10 - O espaço objeto da Concessão de Uso é de 84,00 m², sendo que o espaço de trabalho (cozinha e balcão) é de 17,10 m², bastante reduzido para manufatura e cocção de produtos, sendo, portanto, somente permitida a comercialização de alimentos pré-fabricados (pré-cozidos ou congelados).

3.11 - Em decorrência do estabelecido no item anterior, a Concessionária deverá manter um estabelecimento comercial de atividade igual ou semelhante à executada na cafeteria, onde será realizado o preparo dos alimentos, no Centro do município do Rio de Janeiro.

3.11.1 – A Concessionária não poderá alegar, sob hipótese alguma, dificuldades de abastecimento ou qualquer outra de ordem operacional ou financeira, em razão da distância existente entre o estabelecimento comercial de origem e a cafeteria.

3.12 - A Concessionária deverá, ao longo da vigência do Contrato com o Concedente, manter em pleno funcionamento o estabelecimento comercial de origem.

3.13 - Somente será permitida a confecção de sucos em polpa, vitaminas, café, sanduíches, grelhados, pastas de frios e saladas de frutas. Os demais produtos deverão ser apenas aquecidos, degelados ou assados nos fornos elétrico ou de microondas nas dependências do Concedente.

3.14 – A Concessionária deverá dispor de responsável técnico ou nutricionista contratado, que deverá possuir registro no respectivo Conselho, com comprovada experiência de, no mínimo, 06 (*seis*) meses, o qual deverá sugerir, supervisionar e adequar os cardápios, visando ao fornecimento de alimentos nutricionalmente balanceados e livres de componentes nocivos à saúde.

4 - CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA:

4.1 - A Concessionária deverá:

4.1.1 - Possibilitar a fiscalização por parte da Comissão de Controle de Qualidade e Fiscalização (CCQF), que acompanhará o fiel cumprimento das obrigações assumidas pela Concessionária, com autoridade para exercer toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização da execução contratual, realizando avaliações semestrais da qualidade dos alimentos, observando o prazo de validade dos produtos, a qualidade dos serviços prestados e o atendimento às normas de vigilância sanitária;

4.1.1.1 – Para permitir uma melhor avaliação da qualidade dos alimentos, a Concessionária deverá fornecer à CCQF, nessas ocasiões, uma pequena degustação dos produtos comercializados.

4.1.2 - Não proceder à entrega e nem comercializar produtos da cafeteria, com o fim de atender a pedidos externos ao Concedente;

4.1.3 - Arcar com as despesas decorrentes da utilização da área de concessão, exceto as despesas de água e eletricidade que correrão por conta do Concedente, em especial aquelas decorrentes da conservação, manutenção e limpeza do local, bem como manter seguras suas instalações e bens móveis;

4.1.4 - Submeter à aprovação prévia e expressa do Concedente, as obras e benfeitorias que quiser realizar;

4.1.5 - Manter seus empregados devidamente uniformizados, os quais deverão apresentar-se permanentemente limpos e asseados e atender ao público com urbanidade, inclusive no atendimento ao telefone;

4.1.5.1 - Os trajes dos empregados serão fornecidos pela Concessionária.

4.1.6 – Obter, para o exercício da atividade objeto da Concessão, as autorizações dos Poderes Públicos Federal, Estadual e Municipal que se fizerem necessárias, assumindo o compromisso de manter-se em dia com suas obrigações para com esses órgãos, notadamente os de natureza fiscal e sanitária;

4.1.6.1 - Caso ocorra a denegação dos referidos licenciamentos, a Concessionária não terá direito a qualquer indenização por parte do Concedente.

4.1.7 – Proceder à limpeza da cafeteria, bem como à retirada dos resíduos provenientes da atividade desenvolvida, todos os dias, acondicionando-os em sacos plásticos, antes e depois do horário de atendimento ao público;

4.1.8 - Realizar, mensalmente, desinsetização em toda área pertencente à cafeteria, com produto específico para ambientes onde sejam manipulados alimentos;

4.1.9 - Utilizar produtos de limpeza e descartáveis de boa qualidade;

4.1.10 - Obrigar-se, por si e sucessores:

4.1.10.1 - A não utilizar o espaço destinado à instalação da cafeteria, senão com a finalidade prevista na Cláusula Segunda do presente Contrato;

4.1.10.2 - Afastar do serviço qualquer preposto ou empregado cuja permanência for julgada inconveniente pelo Concedente;

4.1.10.3 - Cumprir as normas e regulamentos internos emanados do Concedente;

4.1.10.4 – Arcar com despesas provenientes de eventuais obras que se fizerem necessárias para adaptação da área cedida, visando inclusive a atender normas sanitárias, devendo o projeto ser previamente submetido à aprovação do Contratante e, caso autorizado, os serviços serão acompanhados pelo mesmo.

4.1.11 - Manter, durante toda a vigência deste Termo de Concessão, as condições de habilitação e qualificação exigidas na presente contratação, sob pena de rescisão contratual, execução da garantia, além da aplicação das penalidades contratualmente previstas, conforme Acórdão nº 964/2012 do Plenário do Tribunal de Contas da União;

4.1.12 – Obrigar-se a pagar todas as taxas e impostos que incidam ou venham a incidir sobre a atividade desenvolvida, isentando o Concedente de todo e qualquer encargo, sendo, portanto, necessária a manutenção de caixa registradora que emita documento fiscal;

4.1.13 – Obter todas as licenças, autorizações e franquias necessárias à execução dos serviços contratados, pagando os emolumentos prescritos em lei;

4.2 - A Concessionária deverá ainda assumir:

4.2.1 - a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época

própria, visto que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o Concedente;

4.2.2 - a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas seus empregados, quando da execução dos serviços, ou em conexão com eles, ainda que acontecido em dependências do Concedente;

4.2.3 - todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada com a prestação dos serviços, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;

4.2.4 - a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da presente Concessão;

4.2.5 - a responsabilidade por quaisquer danos / prejuízos / indenizações que forem causados ao Concedente ou a terceiros, em decorrência de ato praticado por seus empregados, prepostos ou quaisquer pessoas físicas ou jurídicas a ela vinculadas.

4.3 - A inadimplência da Concessionária, com referência aos encargos estabelecidos no item anterior, não transferem a responsabilidade por seu pagamento ao Concedente.

4.4 - A Concessionária não deverá fazer uso de alto falante, receptor de televisão ou rádio, ou de outro meio de difusão de som, fora de seus estreitos limites.

4.5 - Nenhum toldo, cartaz, letreiro, faixa, bandeira, estandarte ou elemento promocional poderão ser colocados na fachada do prédio, nela incluídas as janelas, sem a prévia e expressa autorização do Concedente.

4.6 - É proibida a estocagem de qualquer material tóxico, inflamável, combustível, corrosivos ou explosivos, tais como: gasolina, querosene, álcool, gasolina, gás, etc.

4.7 - A Concessionária permitirá o acesso dos servidores responsáveis pela Fiscalização na área objeto desta Concessão.

4.8 - É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juizes vinculados ao respectivo Tribunal contratante, conforme Resolução nº 9 de 06/12/2005 do Conselho Nacional de Justiça.

4.9 - A Contratada deverá cientificar aos seus empregados a observância obrigatória do Código de Conduta, nos termos da Resolução nº 147 do Conselho da Justiça Federal, de 15/04/2011 e da Portaria nº CF-POR-2012/00116, de 11/05/2012.

5 - CLÁUSULA QUINTA: DOS PRODUTOS COMERCIALIZADOS:

5.1 - A Concessionária deverá oferecer, no mínimo, os itens relacionados na Cláusula Sexta deste Contrato.

5.1.1 - Os ingredientes utilizados deverão ser de primeira qualidade, bem como todos os demais produtos oferecidos;

5.1.2 – Os alimentos consumidos crus (verduras, frutas) deverão ser higienizados, utilizando-se produtos indicados pela Vigilância Sanitária;

5.1.3 – As bebidas e alimentos à base de leite deverão ser preparados com leite longa vida, esterilizado, em embalagem *tetra pack*, de marca de notória reputação e de grande circulação no mercado, devendo ainda ser oferecida opção de leite desnatado, sem ônus adicional;

5.1.4 - Produtos opcionais como sorvete em caldas e castanhas, balas, bombons, chicletes, chocolates (versões normal ou *diet*), doces naturais (cocada, barras de cereais, frutas secas, doce de leite etc), açaí com xarope de guaraná e granola, dentre outros, poderão ser oferecidos pela Concessionária, mediante autorização expressa do Concedente.

5.2 – A Concessionária deverá submeter à aprovação da Comissão de Controle de Qualidade e Fiscalização [CCQF] o cardápio completo oferecido pela cafeteria, sendo necessária uma consulta prévia toda vez que houver mudança na programação do mesmo.

5.3 - Será vedada a comercialização de bebidas alcoólicas.

5.4 – A Concessionária deverá atender às solicitações da CCQF no que tange aos produtos a serem comercializados, podendo a mesma solicitar a mudança de cardápio, a substituição de marca ou qualidade dos produtos oferecidos ou a adição de produto novo.

6 - CLÁUSULA SEXTA: DA CONTRAPARTIDA:

6.1 - Como contraprestação pela Concessão de Uso objeto deste Contrato de Concessão, obriga-se a Concessionária a conceder desconto nos preços dos produtos a serem comercializados na cafeteria, conforme tabela a seguir:

| ITEM | PRODUTO | UNIDADE (*) | PREÇO UNITÁRIO (R\$) | PREÇO UNITÁRIO (C/ DESCONTO DE 15%) – (R\$) |
|----------------|--|------------------|----------------------|---|
| Lanches | | | | |
| 1. | Sanduíches prontos, pelo menos 03 (<i>três</i>) opções com mudanças diárias Elaborados com os seguintes ingredientes: <ul style="list-style-type: none">▶ Pão (aprox. 50 g): forma integral, francês, árabe ou italiano;▶ Frios (aprox. 70 g): queijo prato, provolone, minas, mussarela de búfala, presunto, <i>pastrami</i>, salame, peito de peru natural, peito de peru defumado, <i>blanquet</i> de peru, <i>roast beef</i>,▶ Pastas (aprox. 50 g): frango, atum, azeitonas, ricota, tártaro, mostarda, ameixa, etc. Com opções de molhos sem maionese, à base de <i>cream cheese</i> ou ricota;▶ Acompanhamentos (aprox. 30 g): tomate, cebola, tomate seco, berinjela, pepino, abobrinha, frutas, passas, entre outros. | unidade 200 g | | |
| 2. | Pastéis de forno comuns e integrais, marca de notória reputação, com opções vegetarianas | unidade 80 g | | |

| ITEM | PRODUTO | UNIDADE (*) | PREÇO UNITÁRIO (R\$) | PREÇO UNITÁRIO (C/ DESCONTO DE 15%) – (R\$) |
|-------------------|---|-------------------|----------------------|---|
| 3. | Quiches e empadões | fatia 80 g | | |
| 4. | Pizzas individuais, tipo brotinho, diversos sabores | unidade | | |
| 5. | Salgados árabes: quibe de forno, quibe, <i>esfiha</i> fechada e aberta | unidade 80 g | | |
| Café e Cia | | | | |
| 6. | Pão de queijo assado na hora (marca de notória reputação ou aprovada pela CCQF) | unidade 30 g | | |
| 7. | Pão torrado com manteiga, geléia e/ou mel (qualquer tipo de pão) | unidade 50 g | | |
| 8. | Misto quente e queijo quente (qualquer tipo de pão) | unidade 70 g | | |
| 9. | Biscoitos amanteigados | porção 50 g | | |
| 10. | Bolo caseiro (branco, chocolate, milho, mármore, cenoura etc.) | fatia média | | |
| 11. | Tortas (opções <i>light</i> e <i>diet</i>) | fatia média | | |
| 12. | Café simples | xícara 70 ml | | |
| 13. | Café expresso | xícara 70 ml | | |
| 14. | Café com creme | xícara 70 ml | | |
| 15. | Média de café com leite | xícara 200 ml | | |
| 16. | Capuccino pequeno | xícara 70 ml | | |
| 17. | Capuccino grande | xícara 200 ml | | |
| 18. | Chá | xícara 200 ml | | |
| 19. | Chocolate quente pequeno | xícara 70 ml | | |
| 20. | Chocolate quente grande | xícara 200 ml | | |
| Sobremesas | | | | |
| 21. | Gelatina, versões normal e <i>diet</i> | unidade 200 ml | | |

| ITEM | PRODUTO | UNIDADE (*) | PREÇO UNITÁRIO (R\$) | PREÇO UNITÁRIO (C/ DESCONTO DE 15%) – (R\$) |
|---|--|----------------|----------------------|---|
| 22. | Pudins, pavês e mousses, versões normal e diet | unidade 200 ml | | |
| 23. | Salada de frutas | unidade 200 ml | | |
| 24. | Chantily fresco (não aceitaremos com gordura hidrogenada) | porção 100 ml | | |
| 25. | Doces (brigadeiro, casadinho, doce de nozes, olho de sogra etc) | unidade 30 g | | |
| Bebidas | | | | |
| 26. | Suco de polpa natural | 300 ml | | |
| 27. | Refrigerante enlatado, versões normal e light | lata 350 ml | | |
| 28. | Água mineral | copo 250 ml | | |
| 29. | Suco de fruta enlatado, versões normal e light | lata 350 ml | | |
| 30. | Chá enlatado, versões normal e light | lata 350 ml | | |
| 31. | Guaraná natural | copo 300 ml | | |
| 32. | Mate, versões normal e light | copo 300 ml | | |
| 33. | Vitamina de leite, frutas e farinhas (neston, farinha láctea, aveia e afins) | copo 300 ml | | |
| 34. | Água de coco | caixa 200 ml | | |
| 35. | Leite gelado batido com chocolate | copo 300 ml | | |
| 36. | Achocolatado em caixa | caixa 200 ml | | |
| Outros | | | | |
| 37. | Embalagem tipo refeição | unidade | | |
| 38. | Embalagem tipo diversos | unidade | | |
| VALOR GLOBAL DO CONTRATO (c/ desconto) | | | | |

(*) - as unidades com indicação de "g" ou "ml" poderão sofrer alterações de mais ou menos 10% (dez por cento).

6.1.1 – O Valor Global do Contrato, com desconto, é de R\$ _____
(_____).

6.2 – A Concessionária, além dos itens do cardápio básico, deverá oferecer, no mínimo, 02 (*duas*) refeições congeladas e 01 (*uma*) sopa congelada por dia.

6.3 – A Concessionária deverá oferecer preços com redução de 15% (*quinze por cento*) sobre os preços praticados no estabelecimento comercial de origem ou, se não oferecidos neste, sobre os preços médios praticados no município do Rio de Janeiro, devidamente comprovados.

6.4 - O desconto deverá ser concedido aos magistrados e servidores das 1ª e 2ª Instâncias da Justiça Federal da 2ª Região, assim como aos estagiários e empregados terceirizados que prestam serviços nas dependências do Concedente (mesmo percentual para todos os produtos da tabela do item 6.1).

6.4.1 – O desconto mencionado no item anterior será mantido sem alteração durante toda a vigência deste Termo de Concessão;

6.4.2 - A identificação dos usuários, para fins de concessão do desconto previsto, deverá ser feita através de crachás ou carteiras funcionais;

6.4.3 – Para os demais usuários dos serviços da cafeteria, deverá ser cobrado o preço normal, sem desconto.

6.5 - A incidência tributária e demais encargos, como materiais, mão-de-obra, equipamentos, licenças, impostos, taxas, emolumentos, transportes, embalagens, seguro, enfim todos os custos pertinentes à perfeita execução dos serviços contratados deverão estar incluídos no preço apresentado.

6.6 - As despesas de água e eletricidade são de responsabilidade do Concedente.

7 - CLÁUSULA SÉTIMA: DA PERIODICIDADE E DO REAJUSTE:

7.1- Os valores dos produtos comercializados nos termos desta Concessão serão reajustados com base na variação do IPCA/IBGE, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ou outro indexador que a legislação determinar, de acordo com a seguinte fórmula:

$$R = \left(\frac{I - I_o}{I_o} \right) \cdot P$$

onde:

R = Reajuste

I = Nº índice da data do reajuste

I_o = Nº índice da data limite da apresentação da proposta ou da concessão do último reajuste

P = Preço a ser reajustado

7.2 - A aplicação da fórmula supracitada vincula-se à divulgação do índice oficial do mês de reajuste, não devendo ser utilizado o cálculo pró-rata, mas sim o mês cheio.

7.3 - A periodicidade de reajuste do presente Contrato será de 12 (*doze*) meses, em conformidade com os termos da Lei nº 10192 de 14 de fevereiro de 2001 e legislação superveniente, ou outra regulamentação editada pelo Poder Executivo que vier a alterá-la.

7.4 - Compete à Concessionária a iniciativa de pedido de reajustamento e a apresentação do demonstrativo de cálculo para análise e aprovação do Contratante.

7.5 - A Concessionária deverá manifestar o interesse no reajuste até a data da prorrogação contratual subsequente, devendo apresentar o demonstrativo de que trata o subitem 7.4, tão logo seja divulgado o índice oficial previsto no subitem 7.2.

7.6 - Caso a Concessionária não efetue de forma tempestiva o reajuste e prorrogue o Contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito de reajustar.

8 - CLÁUSULA OITAVA: DO PRAZO DE VIGÊNCIA:

8.1 – O prazo de vigência do presente Termo de Concessão é de 24 (*vinte e quatro*) meses, contados a partir do 1º dia útil subsequente à data de sua assinatura, podendo ser prorrogado até o limite de 60 (*sessenta*) meses, na forma do art. 57, inciso II, da Lei 8.666/93.

8.2 - De acordo com a legislação aplicável, esta Concessão de Uso será concedida, em caráter eminentemente precário, por prazo determinado, a contar da assinatura deste Termo, cessando com a revogação, sem indenização à Concessionária.

8.3 – A prorrogação deste Termo será precedida de pesquisa para que sejam verificadas se as condições oferecidas pela Concessionária continuam vantajosas para o Concedente.

8.4 – A pelo menos 60 (*sessenta*) dias do término da vigência deste instrumento, o Concedente expedirá comunicado à Concessionária para que esta se manifeste, dentro de 03 (*três*) dias contados do recebimento da consulta, seu interesse na prorrogação do atual Termo de Concessão.

8.5 – Se positiva a resposta e vantajosa a prorrogação, o Concedente providenciará, no devido tempo, o respectivo termo aditivo.

8.6 - A resposta da Concessionária terá caráter irretratável, portanto ela não poderá, após se manifestar num ou noutro sentido, alegar arrependimento para reformular a sua decisão.

8.7 – Eventual desistência da Concessionária após a assinatura do termo aditivo de prorrogação ou mesmo após sua expressa manifestação nesse sentido, merecerá do Concedente a devida aplicação de penalidade, nos termos da Cláusula Décima Primeira do presente Termo.

9 - CLÁUSULA NONA: DA FISCALIZAÇÃO:

9.1- A Comissão de Controle de Qualidade e Fiscalização, composta por servidores do Concedente, acompanhará o fiel cumprimento das obrigações assumidas pela Concessionária com autoridade para exercer toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização da execução contratual.

9.2 - À fiscalização compete, entre outras atribuições:

9.2.1 - solicitar à Concessionária e seus prepostos, ou obter da Administração tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento do serviço;

9.2.2 - verificar se procedimentos e equipamentos empregados na execução dos serviços são adequados para garantir a qualidade desejada;

9.2.3 - assegurar-se de que o número de empregados alocados ao serviço pela Concessionária é suficiente para o bom desempenho dos serviços;

9.2.4 - documentar as ocorrências havidas, em registro próprio, firmado juntamente com o preposto da Concessionária;

9.2.5 - acompanhar a prestação dos serviços, realizando avaliações semestrais com vistas a verificar se a Concessionária mantém as condições de qualidade inicialmente oferecidas;

9.2.6 - remeter as solicitações da Concessionária ao Concedente, devidamente informadas.

9.3 - A Fiscalização se reserva o direito de visitar e avaliar as instalações e funcionamento da cafeteria, quando julgar necessário.

9.4 - A Fiscalização poderá proibir a venda de todo e qualquer produto julgado inconveniente ao interesse público e à imagem do Concedente.

9.5 - A ação da fiscalização não exonera a Concessionária de suas responsabilidades contratuais.

10 - CLÁUSULA DÉCIMA: DA EXTINÇÃO, DEVOUÇÃO, E QUITAÇÃO:

10.1 – Extingue-se a presente concessão:

- a) com o advento do termo contratual;
- b) falência ou extinção da Concessionária;
- c) falecimento ou incapacidade do titular, no caso de empresa individual;
- d) quando os serviços estiverem sendo prestados de forma inadequada ou deficiente;
- e) se a Concessionária paralisar a prestação dos serviços, salvo as hipóteses de caso fortuito ou força maior;
- f) se a Concessionária perder as condições econômicas, técnicas ou operacionais para a prestação dos serviços;
- g) utilização da área, objeto da presente concessão, de forma diversa daquela estabelecida na Cláusula Segunda deste Termo;
- h) pela rescisão, nas hipóteses previstas nos arts. 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 ou pela inadimplência, parcial ou total, das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte da Concessionária, observado o disposto no art. 80 do mesmo diploma legal.

10.2 – Finda a concessão, o Concedente cientificará a Concessionária e determinará prazo para a retirada dos bens móveis e utensílios de sua propriedade, desocupação total do espaço e a sua devolução.

10.2.1 – O prazo acima mencionado será de, no máximo, 30 (*trinta*) dias, contados da devida comunicação.

10.3 – Extinta a concessão de uso, deverá a Concessionária restituir a área física, objeto desta concessão, em perfeitas condições de uso e conservação, observado o disposto neste Termo. Qualquer dano porventura ocorrido será indenizado pela Concessionária, podendo o Concedente exigir a reposição das partes danificadas ou o valor correspondente em dinheiro, se preferir.

10.4 – Extinta a concessão e devolvido o imóvel em perfeitas condições, o Concedente emitirá, em favor da Concessionária, no prazo de 15 (*quinze*) dias, Termo de Quitação, dando como plena, rasa e total a quitação dos débitos referentes ao presente Termo de Concessão.

11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS PENALIDADES:

11.1 – Pela inexecução total ou parcial deste Termo de Concessão, poderão ser aplicadas, à Concessionária, as seguintes sanções, nos termos do art. 87 da Lei 8.666/93:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 02 (*dois*) anos;
- d) Declaração de inidoneidade de licitar ou contratar com a Administração Pública.

11.2 - Por descumprimento do prazo para a correção das imperfeições a Concessionária ficará sujeita a multa diária de 2% (*dois por cento*) calculada sobre o preço global líquido multiplicado por 100 (*cem*).

11.3 – A aplicação das multas, ora previstas, não impede que a autoridade competente rescinda e/ou aplique outras penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da Lei nº 8.666/93.

11.4 - A Concessionária que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o Contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciada do SICAF ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores pelo prazo de até 05 (*cinco*) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no Contrato e das demais cominações legais.

11.5 – A aplicação de quaisquer das penalidades, ora previstas, não impede a rescisão contratual.

11.6 – O procedimento de recolhimento das multas aplicadas foi regulamentado pela IN-24-12/2004-TRF-2ªRG de 16/12/2004, atualizada em 08/06/2005.

11.7 - A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa à Concessionária, na forma da lei.

11.8 – Sempre que não houver prejuízo para o Concedente, as penalidades impostas poderão ser relevadas ou transformadas em outras mais brandas, a critério da Administração.

12- CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA REMOÇÃO DOS BENS:

12.1 - Extinta a concessão ou verificado o abandono da área física objeto deste Termo pela Concessionária, poderá o Concedente promover a imediata remoção compulsória de quaisquer bens, não incorporados ao seu patrimônio, que não tenham sido espontaneamente

retirados da área física de 84 m² [localizada no 21º andar, sala 2101 duplex, Anexo II do Concedente] objeto desta Concessão de Uso, no prazo estabelecido no subitem 10.2.1 deste Termo, sejam eles da Concessionária ou de seus empregados, prepostos ou terceiros.

12.2 - Os bens anteriormente mencionados poderão ser removidos pelo Concedente para qualquer local, não ficando este responsável por qualquer dano que seja causado, antes, durante ou depois da remoção, nem pela sua guarda.

13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR:

13.1 - A presente Concessão de Uso obedecerá ao estipulado neste Termo, bem como às obrigações assumidas nos documentos a seguir indicados, os quais ficam fazendo parte integrante e complementar deste Termo, independentemente de transcrição, no que não contrariarem as estipulações aqui firmadas:

- a) Edital do CONVITE nº 002/2016 e seus ANEXOS I, II, III e IV;
- b) Proposta datada de __/__/2016, apresentada pela Concessionária, contendo prazo, discriminação e especificação dos serviços a serem executados, juntada às fls. __/___ do Processo;
- c) Atestado de Vistoria fornecido pela Comissão de Controle de Qualidade e Fiscalização - CCQF comprovando o conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto deste Termo de Concessão, juntado à fl. ____ do Processo.

13.2 - Na hipótese de divergência entre os documentos indicados nas letras "a" e "b", prevalecerá o disposto no documento indicado na letra "a".

14 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA:

14.1 - A Concessionária declara, no ato da celebração do presente Termo de Concessão, estar plenamente habilitada à assunção dos encargos contratuais e assume o compromisso de manter, durante toda a execução desta Concessão, todas as condições de qualificação necessárias ao perfeito cumprimento do seu objeto.

15 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA CONSERVAÇÃO E DA MANUTENÇÃO DO IMÓVEL:

15.1 - A Concessionária somente poderá montar o maquinário / equipamento ou realizar obra ou benfeitoria no espaço destinado a esta Concessão, após a devida autorização do Concedente.

15.2 - A Concessionária deverá executar e custear as obras necessárias ao funcionamento da cafeteria durante a vigência desta Concessão, segundo orientação do Concedente.

15.3 – No caso de reforma, a Concessionária deverá fornecer listagem dos empregados que executarão os serviços, com as respectivas identidades, bem como de todo o ferramental que será utilizado de forma a permitir a conferência pela segurança quando do término dos serviços.

15.4 - Finda a Concessão de Uso, reverterão ao Patrimônio do Concedente, sem direito à indenização ou retenção por parte da Concessionária, todas as construções, benfeitorias ou instalações, existentes no espaço objeto da concessão, assegurado ao Concedente, contudo, o direito de exigir a restituição do mesmo à situação anterior.

16 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DA CESSÃO E DA TRANSFERÊNCIA:

16.1 - A Concessionária não poderá ceder, transferir, arrendar ou emprestar a terceiros, no todo ou em parte, a área objeto desta Concessão, ou os direitos e obrigações dela decorrentes.

17 - CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DA PUBLICAÇÃO:

Em conformidade com o disposto no Parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93, o presente Termo será publicado no Diário Oficial da União, na forma de extrato, por conta do Concedente.

18 - CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS:

18.1 - O presente Termo de Concessão poderá ser aditado para adequação a posteriores regulamentações das Leis nºs 9.069 de 29/06/95 e 10.192 de 14/02/2001.

18.2 - A Concessionária fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto deste Termo, até 25% (*vinte e cinco por cento*) do valor inicial atualizado do referido Termo, de acordo com o estabelecido no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.

18.3 - As supressões citadas no item 18.2 poderão exceder os limites ali estabelecidos, desde que resultantes de acordo celebrado entre os contratantes, conforme disposto no art. 65, § 2º, inciso II da Lei nº 8.666/93, com redação dada pela Lei nº 9.648/98.

18.4 – Quando houver alteração social em sua estrutura e outros dados (endereço eletrônico e telefone), a Concessionária deverá encaminhar à Divisão de Contratos (Rua Dom Gerardo, nº 46-12º andar, Centro-Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20090-030), no prazo máximo de 05 (*cinco*) dias úteis, documentação devidamente autenticada, comprovando o fato.

19 - CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DO FORO:

Para dirimir questões oriundas do presente Termo ou de sua execução, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, será competente o FORO DA JUSTIÇA FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

E, por estarem assim ajustadas, assinam as partes o presente Termo, em 03 (*três*) vias de igual teor.

Rio de Janeiro, de de 2.016.

MARIA LÚCIA PEDROSO DE LIMA RAPOSO

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Diretora Geral

RESPONSÁVEL

EMPRESA CONTRATADA

(cargo)